

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANOBERSON DE PAULA LOPES

ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS NO
DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO
SUL, BASEADO NO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL (IFDM)

DOURADOS/MS

2014

ANOBERSON DE PAULA LOPES

**ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS NO
DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO
SUL, BASEADO NO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL (IFDM)**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor(a) Rosemar José Hall

Banca Examinadora:

Professor(a) Juarez Marques Alves

Professor(a) Rafael Martins Noriller

Dourados/MS

2014

ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO
DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL, BASEADO NO ÍNDICE FIRJAN DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

ANOBERSON DE PAULA LOPES

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Rosemar José Hall

Avaliador(a) Juarez Marques Alves

Avaliador(a) Rafael Martins Noriller

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em especial aos meus pais, Maria Izabel de Paula Lopes e Ramão Diniz Lopes, pessoas estas responsáveis pela minha educação e pelo incentivo para que eu pudesse chegar a este objetivo. Dedico também, ao meu filho Gustavo Chaves de Paula, que por muitas e muitas vezes tive que deixa-lo em casa para ir à universidade em busca dessa realização, mas que agora poderei aproveitar e recuperar o tempo ausente ao seu lado. Quero dedicar a todos meus irmãos Cristian Robson de Paula Lopes, Jeferson de Paula Lopes, Ana Paula Lopes e Débora Maria de Paula Lopes e aos meus avós (*In Memoriam*) Lídio Ortiz e Maria Izidora de Paula Ortiz; e Dionízio Anezio Diniz e Emília Diniz, que infelizmente já não se encontram entre nós, mas que com certeza estão felizes pela realização desta minha conquista, e a todos meus familiares. Dedico também à “Suzaninha” (*In Memoriam*), ex-diretora do Colégio Decisivo – Anglo, pessoa esta que me deu a oportunidade de voltar a estudar, e poder fazer um ensino médio de qualidade. Por final, dedico a todos meus amigos de trabalho, tanto do Samba White, quanto da Receita Federal, e aos colegas de sala, com quem pude compartilhar e receber conhecimento no decorrer desta formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me permitir a realização deste sonho. Quero agradecer à todo corpo docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em especial aos professores da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE), que ao longo desses anos todos, dedicaram seu tempo em nos transmitir seus sábios conhecimentos e não mediram esforços para que nós alunos, pudéssemos ter uma formação superior de qualidade. Por fim, quero agradecer ao meu orientador, Prof^o Rosemar José Hall, que não mediu esforços para que eu pudesse concluir esta etapa primordial do curso; ao Coordenador do curso de Ciências Contábeis Prof^o Antonio Carlos Vaz Lopes e aos examinadores da banca, Prof^o Juarez Marques Alves e Prof^o Rafael Martins Noriller que tiveram um papel fundamental neste processo de aprovação, com suas correções e sugestões para que este trabalho fosse feito da melhor maneira possível.

RESUMO

Para a realização deste trabalho, foi estabelecido como objetivo geral de pesquisa, analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos federais. Afim de analisar este impacto, ocasionados por meio desses repasses, utilizou-se valores do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que concentra o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto Sobre a Renda – IR e por fim o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O desenvolvimento dos municípios foi levantado pelo índice FIRJAN de Desenvolvimento dos Municípios (IFDM). Para isso, foram levantados dados sobre repasses desses recursos federais recebidos pelos municípios no período de 2009 a 2011. Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva. Quanto aos procedimentos, os dados foram obtidos por meio de informações secundárias, primeiramente, buscamos os valores de cada município pesquisado pelo IFDM, por meio da divulgação deste indicador pela FIRJAN. Já os dados relativos aos repasses recebidos pelos municípios foram obtidos por meio de coleta junto ao Portal do Tesouro Nacional e o Portal do Banco do Brasil. Os resultados obtidos permitiram a aceitação da hipótese 1, que pressupunha haver uma relação entre o desenvolvimento dos municípios e a captação de recursos. Porém, outros fatores podem contribuir para o desenvolvimento dos municípios. Observou-se também, que quanto maior o valor de recursos, não implicará e um IFDM também maior.

Palavras-chave: Desenvolvimento dos municípios; IFDM; Repasses Federais.

ABSTRACT

For this work, was established as a general purpose search, analyze the impact on the development of the municipalities of Mato Grosso do Sul, caused by the transfer of funds, specifically, federal. To analyze this impact, caused by the transfer of federal resources, we use specifically, Tax Rural Property (ITR); Participation Fund of Municipalities (FPM), which concentrates the Tax - IPI and Income Tax - IR and finally the Fund for Maintenance and Development of Basic Education (FUNDEB). For this, data was collected on transfers of these federal funds received by municipalities from 2009 to 2011. As to the objectives, the research is characterized as descriptive. As for the procedures, data were obtained from secondary information, first, we seek the values of each city studied by IFDM, through the dissemination of this indicator by FIRJAN. The data for the transfers received by the municipalities were obtained by collecting by the Portal of the National Treasury and the Bank of Brazil Portal. The results led to the acceptance of the P1 assumption, which assumed a relationship between the development of municipalities and fundraising. However, other factors may contribute to the development of the municipalities. It was also observed that the higher no the amount of resources and also imply larger IFDM.

Key words: Development of municipalities; IFDM; Federal transfers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – PRINCÍPIOS BÁSICOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO.....	15
---	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA 2009.....	25
Tabela 2 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA 2010	25
Tabela 3 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA 2011.....	26
Tabela 4 - CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE AS VARIÁVEIS 2009	27
Tabela 5 - CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE AS VARIÁVEIS 2010	27
Tabela 6 - CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> ENTRE AS VARIÁVEIS 2011	27
Tabela 7 - RESUMO DO MODELO 2009.	28
Tabela 8 - ANOVA ^a 2009.....	29
Tabela 9 - COEFICIENTE ^a 2009	29
Tabela 10 - RESUMO DO MODELO 2010	29
Tabela 11 - ANOVA ^a 2010	30
Tabela 12 - COEFICIENTE ^a 2009	30
Tabela 13 - RESUMO DO MODELO 2011.....	31
Tabela 14 - ANOVA ^a 2011	31
Tabela 15 - COEFICIENTE ^a 2009	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 QUALIDADE DA GESTÃO DOS RECURSOS PELOS ENTES PÚBLICOS	14
2.2 DISTRIBUIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DESSES RECURSOS POR PARTE DA UNIÃO.....	17
2.3 DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS.....	19
2.4 ESTUDOS ANTERIORES.....	20
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	22
3.1.1 A Pesquisa Quanto aos Objetivos	22
3.1.2 A Pesquisa Quanto aos Procedimentos.....	23
3.1.3 A Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema	23
3.2 OBJETIVO DA PESQUISA	24
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Segundo Meirelles (1997) a Constituição Federal de 1988 garantiu aos municípios o poder de editar a Lei Orgânica Municipal, que entre outras regras, define a gestão financeira e tributária do município, além da adoção de políticas para o desenvolvimento em diversos setores do município.

Como forma de acompanhar e monitorar os indicadores sociais foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que concentra os resultados alcançados pela educação, trabalho e Renda dos municípios de todo o país.

A presente pesquisa terá como objetivo geral de pesquisa, analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos, especificamente federais.

Diante disso, para analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos federais, utilizaremos especificamente, os seguintes: Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que concentra o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto Sobre a Renda – IR e por fim o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

O fato de escolher essa temática para a pesquisa se traduz em que foi feito algo semelhante no Estado de Santa Catarina. A diferença é que fizeram uma Análise do Impacto dos Repasses Estaduais e Federais no Desenvolvimento dos Municípios de Santa Catarina, e compararam os dados coletados com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, para entenderem de que forma esses repasses causam impacto no desenvolvimento dos municípios daquele Estado, e aqui será feito apenas com repasses federais destinados aos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Visando obter os resultados esperados, a pesquisa se caracteriza como descritiva, quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos, ela se caracteriza como pesquisa documental, que se baseia em materiais que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2008).

Pretende-se analisar, a população de estudo que será os 79 municípios de Mato Grosso

do Sul. A escolha desses municípios foi intencional e não probabilística. Dois pressupostos de pesquisa foram estabelecidos, mas sobre isto, será visto com mais atenção, logo mais a frente, no tópico de metodologia adotada para esta pesquisa.

Com o propósito de validar ou negar os pressupostos, serão realizados cálculos de correlação entre os recursos recebidos em 2010 com o IFDM divulgado em 2012 em busca de verificar como os recursos e o IFDM se relaciona, para os municípios sul mato-grossenses. E após o cálculo da correlação, será efetuado a regressão linear múltipla.

1.1 PROBLEMA

Segundo Beuren (2010, p.64), “para aclarar o objetivo de pesquisa que o estudante se propõe investigar é interessante fazer a descrição do problema, especulando sobre possíveis relacionamentos de algumas variáveis, até chegar à formulação do problema em si”.

Para a autora “o aprofundamento do tema e sua problematização resultam no objeto de estudo, isto é, o problema, o qual deve ser único e específico.” (BEUREN, 2010, p. 64).

Com a transferência dos repasses federais aos municípios, espera-se que haja uma eficiente aplicação desses recursos, através de seus gestores. Diante do impasse sobre o que se recebe de recursos e suas consequências nos municípios, faz surgir o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto dos repasses de recursos federais no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, tendo por base o Índice FIRJAN (IFDM)?

1.2 OBJETIVO

Conforme Beuren (2010, p. 65), “os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Normalmente, constituem-se em ações propostas para responder à questão que representa o problema”.

1.2.1 Objetivo Geral

Podemos considerar que, “o objetivo geral indica uma ação ampla do problema, por isso mesmo ele deve ser elaborado com base na pergunta de pesquisa.” (BEUREN, 2010, p. 65).

Para a resolução da questão problema, foi estabelecido como objetivo geral de pesquisa, analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos federais, a partir do Índice FIRJAN (IFDM).

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de esclarecer o que são esses objetivos específicos, citamos:

Os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido. Ambos, objetivo geral e objetivos específicos, precisam manter uma coerência entre si, o que pressupõe a harmonização entre eles e a subordinação destes em relação àquele. (BEUREN, 2010, p. 65).

A fim de especificar os objetivos deste trabalho, foi estabelecida uma hipótese de pesquisa:

H1: Há relação entre os recursos recebidos pelos municípios e o desenvolvimento municipal.

Para analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos federais, utilizaremos especificamente: Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que concentra o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI e Imposto Sobre a Renda – IR e por fim o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

1.3 JUSTIFICATIVA

Para se justificar um trabalho monográfico, deve-se levar em consideração a importância do tema e assunto a ser pesquisado, pois este deverá ser elaborado visando a contribuir de alguma forma, para o bem da sociedade. Nesta mesma linha de pensamento, podemos afirmar que:

na seção da justificativa, o estudante deve discorrer de forma breve, mas completa, sobre a relevância da pesquisa a que se propõe. A relevância pode estar relacionada à área em que está buscando sua informação acadêmica, à área de atuação profissional, à sociedade em geral, (BEUREN, 2010, p.65).

O presente estudo tem como justificativa, mensurar se os repasses federais ITR, FUNDEB e FPM, provocam impacto no desenvolvimento dos municípios do Mato Grosso do Sul e se esses recursos estão sendo bem geridos.

Hilário (2009), efetuou um estudo intitulado “Gestão por Resultados na Administração Pública”, cujo objetivo geral foi analisar a relação entre recursos financeiros aplicados nos programas e ações de políticas públicas e os respectivos resultados alcançados. Como resultados, observou-se que, na área pública, a visão é a gestão, o mais relevante é o balanço de resultados, que trata da despesa e da receita, ou seja, de que forma foi arrecadado o dinheiro e como foi aplicado. O importante é usar a informação de forma comparativa, quanto ao desempenho na gestão dos recursos, acompanhado como estão sendo aplicados e quais são as fontes de financiamento, avaliando a evolução das despesas em função do resultado qualitativo.

Hall, *et al.* (2013), fizeram uma Análise do Impacto dos Repasses Estaduais e Federais no Desenvolvimento dos Municípios de Santa Catarina, e compararam os dados coletados com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, para entenderem de que forma esses repasses causam impacto no desenvolvimento dos municípios daquele Estado.

Com base neste estudo, busca-se fazer uma análise semelhante com os municípios de Mato Grosso do Sul, mas analisando somente os repasses federais, ITR, FPM e FUNDEB.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Será abordada neste tópico, a revisão da literatura que diz respeito da qualidade da gestão dos recursos pelos entes públicos, distribuição e transferências desses recursos por parte da União, desenvolvimento dos municípios e estudos anteriores desenvolvidos por outros pesquisadores da área.

2.1 QUALIDADE DA GESTÃO DOS RECURSOS PELOS ENTES PÚBLICOS

Segundo Meirelles (1984), administração pública é tudo aquilo que o Estado possui, em termos de aparelhamento, e de alguma forma estruturada para atender a prestação de serviços, com a finalidade de visar às necessidades coletivas dos contribuintes.

Para Kohama (2009, p. 8), “verifica-se a existência de uma íntima sintonia entre a Administração Pública e o Serviço Público, fazendo pressupor, clara e nitidamente, que a execução deste seja feita privativamente por aquela, quer diretamente, quer por delegação”.

A administração pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo, em sentido material, o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. Em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços públicos próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da sociedade (MEIRELLES, 1997, p. 59).

A gestão dos recursos públicos é baseada no Orçamento Público, é ele quem direciona a maneira correta e eficiente que deve ser aplicados esses recursos. Para entender um pouco este processo, precisamos entender primeiramente, o que vem a ser Orçamento Público.

Na linguagem do Orçamento Público, “a receita pública designa ingresso de recursos no erário, desdobrando-se em ‘correntes’ e ‘de capital. Por sua vez, a despesa pública representa a aplicação desses recursos, com a finalidade de atender às necessidades da coletividade.” (ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, 2009, p. 13).

Para a ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF), o Orçamento Público é:

o documento no qual são registradas as despesas autorizadas pelo Poder Legislativo para aquele período, a partir de estimativas das receitas a ingressar num ano. As receitas compreendem, entre outras rubricas, os impostos, as taxas e as contribuições. Elas são utilizadas para fazer frente a despesas relativas a salários de funcionários, à construção de escolas, de hospitais, de estradas etc.

De acordo com Martins (2005), um sistema de gestão de recursos públicos é um conjunto estruturado de regras e atividades que envolvem quatro sub-sistemas ou momentos lógicos essenciais:

planejamento: dimensionamento qualitativo e quantitativo dos recursos públicos necessários; prospecção e provisão: definição da disponibilidade ou identificação prospectiva da oferta e condições de provisão dos recursos públicos necessários; aplicação e manutenção: estrutura de decisões alocativas (autorizativas e executivas) para aplicação dos recursos nas atividades pertinentes e sua devida manutenção; e controle: registro, monitoramento e avaliação de recursos públicos relativamente à conformidade (às regras de provimento, aplicação e manutenção) e desempenho (contribuição para geração dos recursos visados).

Para que os recursos públicos arrecadados sejam aplicados no atendimento das necessidades da sociedade e para que essas aplicações possam ser acompanhadas e controladas, a Constituição de 1988 definiu um processo de planejamento do Orçamento Público. Esse processo é orientado conforme alguns princípios. A Lei nº 4.320/64 elenca os princípios básicos do Orçamento Público:

Quadro 1 – Princípios básicos do Orçamento Público.

Princípios	Definições
Princípio da unidade	o Orçamento deve ser uno, isto é, cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento;
Princípio universalidade	a lei orçamentária deve incorporar todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas em determinado período de tempo, de modo a evitar que a arrecadação de algum recurso financeiro, bem como sua consequente aplicação, fuja à apreciação e aprovação do Poder Legislativo;
Princípio da exclusividade	a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei;
Princípio da anualidade	estabelece que a lei do orçamento deverá vigorar por apenas um ano, ou seja, o Orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal, que se inicia em janeiro e finaliza em dezembro;
Princípio do equilíbrio	o equilíbrio orçamentário estabelece que as despesas não devem ultrapassar as receitas previstas para o exercício financeiro. Por essa razão, ao se elaborar o Projeto da Lei do Orçamento Anual, o total das despesas ali discriminadas deve se limitar ao montante da receita estimada;
Princípio da publicidade	o Orçamento Público deve merecer ampla

	publicidade. Nesse sentido, como as demais leis, é publicado em Diário Oficial;
Princípio da discriminação ou especialização	as receitas e as despesas devem aparecer no Orçamento de maneira discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, a origem dos recursos e sua aplicação;
Princípio do orçamento bruto	todas as parcelas da receita e da despesa devem aparecer no Orçamento em seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução. Se, de alguma receita, cabe deduzir uma parcela, essa receita deve constar por seu valor bruto e a dedução deve ser claramente explicitada. Isso ocorre, por exemplo, no caso do FUNDEB. Em municípios de algumas receitas, como a da transferência do FPM, 20% são deduzidos para a formação do FUNDEB. Na LOA, a transferência a ser recebida pelo município aparece em seu valor bruto – digamos R\$ 1.000 e a dedução – R\$ 200,00 é explicitada.

Fonte: Lei nº 4.320/64

A Constituição Federal de 1988 determina a elaboração de três instrumentos que compõem o processo orçamentário: “o Plano Plurianual (PPA) que tem a função de planejar; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) cuja função é orientar e a Lei do Orçamento Anual (LOA) que tem função de alocar os recursos”. (ESAF, 2009, p.17).

Almeida e Nerosky (2006) entendem que a exigência de maior transparência dos gastos públicos constitui uma pressão constante sobre o governo, o que impõe a adoção de medidas reformistas visando assegurar aos cidadãos e aos seus representantes no Congresso Nacional o conhecimento de onde, como e com que finalidade são gastos os recursos públicos.

Segundo os autores, ha um sentimento público de um modo geral, de que os impostos pagos não têm a contrapartida equivalente nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Apesar disso, o sistema orçamentário federal continua mais voltado aos meios e ao seu controle do que com os resultados, baseando-se em modelos de gestão pouco modernos, que dificultam à introdução de objetivos e procedimentos de melhoria da qualidade desses serviços oferecidos a população.

No que diz respeito à qualidade da gestão de recursos públicos, Bezerra (2008) diz que:

um dos principais desafios a serem enfrentados pelo nosso país é reestruturar o sistema orçamentário, de modo a promover a eficiência da prestação de serviços, mediante procedimentos que ofereçam incentivos para aumentar a produtividade.

O autor entende que, as ideias de reforma de gestão, com vistas principalmente a transformar a administração pública burocrática em gerencial, com mais autonomia e mais

responsabilidades aos gestores, perderam impulso ao longo do tempo, mas o argumento da qualidade dos serviços públicos continua até hoje a seduzir aqueles que julgam que o Estado deve usar os limitados recursos disponíveis de uma maneira melhor e mais eficiente.

Como forma de acompanhar e monitorar os indicadores sociais, foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que concentra os resultados alcançados pela educação, trabalho e Renda dos municípios de todo o país. A disponibilidade de recursos que um gestor público municipal tem a sua disposição deveria sempre resultar em benefícios para população, elevando sua qualidade de vida.

2.2 DISTRIBUIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DESSES RECURSOS POR PARTE DA UNIÃO

Para atender às demandas de suas populações por serviços públicos, os municípios contam, além das receitas obtidas com a arrecadação dos tributos de sua competência (como ISS e IPTU) e das originárias de seu patrimônio (lucros de suas empresas ou aluguéis de imóveis de sua propriedade e outros), com as transferências de recursos estaduais e federais (BRASIL, 2005).

As transferências de recursos federais aos municípios podem ser classificadas nas seguintes modalidades: constitucionais, legais, do Sistema Único de Saúde (SUS), direta ao cidadão e voluntárias (BRASIL, 2005).

Com a Constituição de 1988, houve uma grande descentralização das competências do Estado entre seus entes constitutivos. Com isso, a Constituição tratou de dividir também as receitas tributárias, estabelecendo competências tributárias exclusivas dos estados e municípios (sendo que o Distrito Federal acumula essas competências) e, ainda, determinando cotas de participação desses entes nos tributos de competência da União.

Aos recursos que a União transfere aos estados e municípios por determinação da Constituição dá-se o nome Transferências Constitucionais. São exemplos desse tipo de transferência:

- a) Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – CF art. 159;

b) Fundo de Participação dos Estados (FPE) – CF art. 159;

c) Transferências para Municípios – Imposto Territorial Rural (ITR) – CF art. 158.

As transferências legais são aquelas previstas em leis específicas. Essas leis determinam a forma de habilitação, a transferência, a aplicação dos recursos e como deverá ocorrer a respectiva prestação de contas.

O Sistema Único de Saúde (SUS) compreende todas as ações e serviços de saúde estatais das esferas federal, estadual, municipal e distrital, bem como os serviços privados de saúde contratados ou conveniados (BRASIL).

As transferências destinadas ao SUS são tratadas destacadamente por conta da relevância do assunto e não pelo tipo de transferência, pois a descentralização dos recursos para as ações e serviços de saúde é concretizada também por meio da celebração de convênios, de contratos de repasses e, principalmente, de transferências fundo a fundo. No repasse fundo a fundo, os valores são depositados diretamente do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde estaduais, do Distrito Federal e municipais. Os depósitos são feitos em contas individualizadas, isto é, específicas dos fundos.

Compreendem programas que concedem benefício monetário mensal, sob a forma de transferência de renda diretamente à população-alvo do programa. Em linhas gerais, cabe ao município a missão de operacionalizar os programas com ações como seu credenciamento junto ao Governo Federal, realizar e manter o cadastro das pessoas beneficiadas pelos programas, instituir os conselhos de controle social dos programas e outros. Entre os programas nesta modalidade, destacamos:

- Programa Bolsa Família (que unificou os Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação,
- Programa Nacional de Acesso à Alimentação [PNAAL] e Programa Auxílio-Gás)
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados pela União aos estados, Distrito Federal e municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços

de interesse comum e coincidente, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente aos partícipes, ou seja, entre as três esferas do Governo. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.”

A operacionalização dessas transferências é, em regra, viabilizada por meio de convênios ou contrato de repasses.

2.3 DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS

A questão do desenvolvimento dos municípios no Brasil é algo que deve fazer parte das estratégias econômicas de todos os governos municipais, mas que nem sempre são bem sucedidos.

Milloni (2010, p. 7) afirma que “embora raros, há exemplos de municípios que souberam endereçar bem os *gaps* (lacunas) existentes e vêm registrando um crescimento econômico sustentado, sem grandes turbulências”.

Ainda nesta mesma linha de pensamento, o autor cita o caso do município de Jundiaí, cidade situada no interior do Estado de São Paulo, que acumula algumas posições em *rankings* econômicos e sociais que revela essa condição e que de acordo com dados da Prefeitura, detém o segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, levando em consideração os municípios com mais de 200 mil habitantes, e a 23ª posição no *ranking* dos municípios com as maiores economias do País (MILLONI, 2010, p.8).

Sabemos que medir as transformações de um País é algo fundamental e para conceituar esse índice, podemos dizer que:

é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2014).

Este índice foi criado no ano de 2008, e sua credibilidade e aceitabilidade se traduzem, pelo fato de ser desenvolvido, exclusivamente com base em estatísticas públicas oficiais, que são disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2014).

O IFDM utiliza uma metodologia que possibilita determinar, com precisão, “se a melhoria relativa ocorrida em determinado município foi decorrente da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.” (FIRJAN, 2014).

Em relação ao índice de desenvolvimento escolhido, vale mencionar que o IFDM é um entre aqueles atualmente mais utilizados no Brasil. A opção por ele se deve a algumas vantagens apresentadas em relação aos demais (FÉLIX; JÚNIOR, 2013).

Uma das principais qualidades desse índice é a maneira de como sua leitura é feita:

O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. (FIRJAN, 2014).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Com a finalidade de obter um conhecimento prévio e até para facilitar a compreensão e entendimento sobre a temática, se identificou estudos anteriores que abordavam assuntos relacionados ao tema desenvolvido nesse estudo, que estão apresentados à seguir; onde se identifica os autores, ano, título, objetivo e os principais resultados dos estudos levantados.

Hall et al (2013), fizeram um estudo com o seguinte título: “Análise do Impacto dos Repasses Estaduais e Federais no Desenvolvimento dos Municípios de Santa Catarina”. Tiveram como objetivo, analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina, ocasionados por meio dos repasses de recursos estaduais e federais, sendo eles o ICMS, FUNDEB e Fundo de Participações dos Municípios (FPM). Como resultados, foram analisados, ao todo, quatro variáveis: IFDM, ICMS, FUNDEB e FPM. Antes de efetuar a análise de regressão linear múltipla, o estudo buscou analisar inicialmente a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis, calculou-se o coeficiente de Correlação de *Pearson* para as variáveis. Ao final do estudo, foi possível aceitar o segundo pressuposto P2, que versa

que os municípios com maiores recursos tem melhores índices de desenvolvimento, continuamente.

Bezerra (2008), fez um trabalho com o título: Incentivos para a Promoção da Qualidade do Gasto Público: fortalecendo o vínculo entre recursos e resultados. O presente trabalho tem por finalidade (objetivo), esclarecer esses incentivos envolvidos no modelo voltado para resultados. Os resultados mostram a necessidade de uma estreita articulação entre planejamento, orçamento, programação e avaliação, e de flexibilização com medidas não conseguem estabelecer o fio condutor do processo de mudança para um modelo voltado para resultados. Isso porque não é posto em evidência os aspectos ligados à motivação que atuam no sistema orçamentário.

Pires (1996), desenvolveu um estudo que teve como título: Distribuição da receita tributária entre os níveis de governo: perspectiva histórica e debate atual. O objetivo fundamental deste artigo foi examinar a estrutura tributária brasileira do ponto de vista da distribuição de recursos entre as três esferas de governo: União, Estados (e Distrito Federal) e Municípios. Obteve-se como resultados, no que tange às propostas atualmente em pauta, o único outro objetivo que parece se agregar ao de centralização de recursos fiscais na esfera federal é o da simplificação da estrutura tributária, com a diminuição do número de impostos e limitação dos procedimentos burocráticos relacionados ao recolhimento dos tributos.

Grateron (1999), fez um estudo com o seguinte título: Auditoria de Gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. Utilizou-se como objetivo, analisa as consequências do desenvolvimento do exercício de atividades profissionais relacionadas com auditoria em sua moderna conceituação e com enfoque centralizado na aplicação de indicadores e parâmetros como base para realizar a avaliação da gestão e do desempenho dos gestores. Como resultado, pôde-se afirmar que o processo de mudanças, como uma consequência imediata da necessidade de adaptação às exigências do desenvolvimento tecnológico, que é profundo e generalizado, atingindo, especialmente, e o mundo dos negócios e seu cenário, onde aparece o contador público e o auditor. A mediação permanente da coerência entre as metas e os objetivos e os resultados obtidos da administração dos recursos, é uma preocupação comum aos gestores públicos contemporâneos.

3 METODOLOGIA

Para Beuren (2010, p.67), “a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado, o qual pode ser substituído ou acompanhado da elaboração de hipóteses”.

A autora ainda diz, que vários trabalhos monográficos não tem hipóteses e cita o caso da pesquisa bibliográfica, ou essas hipóteses muitas das vezes, não estão as claras, elas apenas buscam responder a questão-problema, que fora antes elaborada.

Neste ano de 2014, a metodologia do IFDM foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década. Isso fica evidenciado em que:

O principal incremento foi situar o Brasil no mundo. A nova metodologia buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais. Outro ponto importante foi a atualização de metas e parâmetros nacionais. Neste caso, o ano de referência deixou de ser 2000 e passou a ser 2010. (FIRJAN, 2014).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Neste tópico, será apresentado de que forma a pesquisa será efetuada, os caminhos e os rumos que serão tomados, a fim de obter resultado satisfatório para o nosso problema. Beuren (2010, p.67), ressalta ainda, que:

Após a exposição da escolha das tipologias de pesquisa consideradas mais adequadas pelo pesquisador, diante do problema formulado e das razões que motivaram essas opções, faz-se necessária a descrição da população e da amostra da pesquisa.

A autora também alerta, que deverá constar neste tópico, as ferramentas, os instrumentos que serão utilizados na pesquisa, que dependendo do tipo e maneira que serão coletados esses dados e suas variáveis, poderá ser apenas um ou até vários.

3.1.1 A pesquisa quanto aos objetivos

O presente estudo tem por objetivo analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, ocasionados por meio do repasse de recursos federais. Para isso, serão levantados dados sobre repasses de recursos federais (ITR, FPM e FUNDEB) recebidos pelos municípios no período de 2009 a 2011. Para medir o desenvolvimento dos municípios será utilizado o IFDM, que é um índice que mede o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Neste aspecto a pesquisa se caracteriza como descritiva, quanto aos objetivos. Esse tipo de pesquisa visa esclarecer determinado aspecto e/ou características de determinada ciência (RAUPP; BEUREN, 2008).

3.1.2 A pesquisa quanto aos procedimentos

Os dados foram obtidos através de informações secundárias, primeiramente, buscou-se os valores de cada município pesquisado pelo IFDM, por meio da divulgação deste indicador pela FIRJAN. Os dados relativos aos repasses recebidos pelos municípios foram obtidos por meio de coleta junto ao Portal do Tesouro Nacional e o Portal do Banco do Brasil, que divulga esses repasses mensalmente.

Esse procedimento é considerado como pesquisa documental, que se baseia em materiais que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2008).

3.1.3 A pesquisa quanto à abordagem do problema

A abordagem do problema é quantitativa, pois utilizou-se da análise multivariada de dados, por meio da correlação de Pearson e da Regressão linear múltiplas, que serviram para avaliar a relação e a influência entre as variáveis independentes, ITR, FPM e FUNDEB e a variável dependente o IFDM.

Os dados obtidos foram tratados no *Software Excel* e posteriormente analisados no *Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 20.0*.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

A população de estudo, em princípio, seriam os 79 municípios de Mato Grosso do Sul, mas foram analisados apenas 78 municípios. Isso ocorreu, uma vez que o município de Paraíso das Águas foi criado apenas em 2009, e por este motivo o retiramos da amostra, uma vez que, não haviam dados divulgados sobre os repasses efetuados para este município, para que pudéssemos incluí-lo na pesquisa. A escolha desses municípios foi intencional e não probabilística. Foi estabelecido uma hipótese de pesquisa:

H1: Há impacto entre os recursos recebidos pelos municípios e o desenvolvimento municipal.

A fim de validar ou negar os pressupostos, foram realizados cálculos de correlação entre os recursos recebidos de 2009 a 2011 com o IFDM divulgado entre 2009 e 2011 em busca de verificar como esses recursos e o IFDM se relaciona, para os municípios sul mato-grossense. Os anos de 2012 e 2013 ficaram fora da amostra, haja vista que, o IFDM é divulgado com base nos dados de um intervalo de dois anos retroativos, ou seja, os dados referentes ao ano de 2012 serão divulgados somente ao final de 2014, e os de 2013 ao final de 2015. Posteriormente ao cálculo da correlação, realizou-se a regressão linear múltipla. Definindo como variável dependente (Y) o índice de desenvolvimento, IFDM e como variáveis independentes (X) os valores de arrecadação do período de 2009 à 2011, (ITR, FUNDEB, FPM), temos a seguinte equação linear:

$$Y = X \beta_1 + \alpha + \varepsilon$$

Tem-se então, a equação definida:

$$IFDM_{it\ 2011} = (ITR_{it-1})_{2011} \beta_1 + (FUNDEB_{it-1})_{2011} \beta_3 + (FPM_{it-1})_{2011} \beta_5 + \alpha + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$IFDM_{it}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento do município i no ano t.

ITR_{it-1} = Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do município i, no ano anterior ao período t.

$FUNDEB_{it-1}$ = Fundo da Educação Básica do município i, no ano anterior ao período t.

FPM_{it-1} = Fundo de participação do Município i, no ano anterior ao período t.

ε_{it} = erro da regressão do município i no período t.

$\alpha, \beta_1, \dots, \beta_6$ = Coeficientes estimados da regressão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram analisados quatro variáveis, com o propósito de analisar o impacto dos repasses federais no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul. Ressalta-se, como consta na metodologia, que o Estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, mas que os dados coletados são apenas de 78 deles. Isso ocorre pelo fato de que o município de Paraíso das Águas foi criado apenas em 2009, e sendo assim, não encontramos dados divulgados deste referentes ao período pesquisado. Logo abaixo, na Tabela 1, é possível visualizar a estatística descritiva referente ao período de 2009.

Tabela 1 - Estatística descritiva 2009

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2009 ITR	78	4.557,64	3.476.730,23	464.533,02	499.433,39
2009 FPM	78	4.636.250,62	96.950.864,44	9.628.578,71	11.527.446,18
2009 FUNDEB	78	449.083,27	211.770.172,74	8.993.964,84	24.614.739,46
FIRJAN 2009	78	0,41	0,82	0,64	0,08
N válido (de lista)	78				

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste período, podemos destacar que o FUNDEB tem maior intensidade nos valores analisados ao compararmos com as demais variáveis, como pode ser visto na Tabela 1, os valores de mínimo em R\$ 449.083,27 e máximo de R\$ 211.770.172,74, possivelmente influenciado pelo ICMS que possui elevada arrecadação em alguns municípios e que é uma das origens que compõe este fundo. Em relação ao IFDM/FIRJAN, podemos dizer que apresentou baixa dispersão, como se pode observar nos valores obtidos pela média e desvio padrão.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva referente ao ano de 2010, como pode ser observado logo abaixo:

Tabela 2 - Estatística descritiva 2010

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2010 ITR	78	4458,88	3643190,55	927294,14	834764,58
2010 FPM	78	4980839,67	378980808,05	15120473,00	43588041,40
2010 FUNDEB	78	626109,52	266954444,29	11090754,39	30899814,71
FIRJAN 2010	78	0,42	0,82	0,65	0,08
N válido (de lista)	78				

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 2 é possível evidenciar que a variável FPM apresenta maior intensidade nos valores refletidos se levado em comparação com as outras variáveis no ano de 2010, e como fica evidenciado pelos valores de mínimo em R\$ 4.980.839,67 e máximo em R\$ 378.980.808,05, ocasionado em parte através de uma alta arrecadação e conseqüentemente, as parcelas de IPI e IR que compõe este fundo. No que diz respeito ao IFDM/FIRJAN, podemos afirmar que assim como no período de 2009, como foi evidenciado na Tabela 1, também apresentou baixa dispersão, como se pode observar nos valores obtidos pela média e desvio padrão.

A estatística descritiva referente ao período de 2011 é apresentada conforme a Tabela 3 demonstrada logo abaixo.

Tabela 3 - Estatística descritiva 2011

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2011 ITR	78,00	15486,33	4057514,11	940711,06	824457,19
2011 FPM	78,00	5817879,11	132110472,96	12813468,46	15557868,13
2011 FUNDEB	78,00	822987,71	816725550,11	20454504,36	95536348,36
FIRJAN 2011	78,00	0,40	0,82	0,65	0,09
N válido (de lista)	78,00				

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode ser verificado a partir da Tabela 3, que o FUNDEB novamente, assim como no ano de 2009, possui maior intensidade nos valores analisados ao compararmos com as demais variáveis, os valores de mínimo em R\$ 822.987,71 e máximo de R\$ 816.725.550,11. Em relação ao IFDM/FIRJAN, podemos dizer que também apresentou baixa dispersão, como se pode observar nos valores obtidos pela média e desvio padrão.

Inicialmente buscou-se analisar a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis, efetuando o cálculo do coeficiente de Correlação de *Pearson* para as variáveis, antes mesmo da análise de regressão linear múltipla. Aplicou-se o teste não paramétrico de *Kolmogorov-Smirnov* a fim de verificar a normalidade dos dados e o mesmo demonstrou uma distribuição normal das variáveis a um nível de 5% ($p\text{-value} < 0,05$). Não necessariamente, a correlação sugere uma relação de causa e efeito, mas na associação entre as variáveis. Para demonstrar a correlação entre as variáveis, com base no período de 2009, segue a Tabela 4.

Tabela 4 – Correlação de Pearson entre as variáveis 2009

FIRJAN 2009	Correlação de Pearson	,409**	,386**	,206	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,071	
	N	78	78	78	78

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 4, a matriz de correlação demonstra que as variáveis independentes ITR e FPM possuem correlação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente (IFDM), desse modo segue: ITR ($r = 0,409$; $p\text{-value} < 0,01$), FPM ($r = 0,386$; $p\text{-value} < 0,01$) já a variáveis FUNDEB apresentou correlação positiva porém não significativa estatisticamente FUNDEB ($r = 0,206$; $p\text{-value} < 0,071$).

Para demonstrar a correlação entre as variáveis, com base no ano de 2010, segue a Tabela 5.

Tabela 5 - Correlação de Pearson entre as variáveis 2010

FIRJAN 2010	Correlação de Pearson	,431**	,323**	,311**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,004	,006	
	N	78	78	78	78

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, a matriz de correlação demonstra que todas variáveis independentes (ITR; FPM e FUNDEB) possuem correlação positiva estatisticamente significativa com a variável dependente (IFDM), de modo segue: ITR ($r = 0,431$; $p\text{-value} < 0,01$), FPM ($r = 0,323$; $p\text{-value} < 0,01$) e FUNDEB ($r = 0,311$; $p\text{-value} < 0,01$).

De modo a evidenciar a correlação entre as variáveis, com base no ano de 2011, segue a Tabela 6.

Tabela 6 - Correlação de Pearson entre as variáveis 2011

FIRJAN 2011	Correlação de Pearson	,447**	,406**	,171	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,134	
	N	78	78	78	78

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 6, a matriz de correlação demonstra que as variáveis independentes ITR e FPM possuem correlação positiva estatisticamente significativa com a

variável dependente (IFDM), de modo segue: ITR ($r = 0,447$; $p\text{-value} < 0,01$), FPM ($r = 0,406$; $p\text{-value} < 0,01$), entretanto a variável FUNDEB apresentou correlação positiva porém sem significância estatística FUNDEB ($r = 0,171$; $p\text{-value} < 0,134$).

O fato das correlações entre as variáveis independentes (ITR, FUNDEB e FPM) com a dependente (IFDM) ter sido baixa, é em decorrência de que outros fatores afetam o desenvolvimento dos municípios, ou seja, além do volume de recursos repassados a eles, fatores como investimentos privados no município, arrecadação com tributos municipais, por exemplo: o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), a qualidade de gestão pública, gastos com a “máquina” pública, fatores estes, podem estar correlacionados com os valores do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, uma vez que o IFDM é calculado com base no investimento feito nas áreas da saúde, educação e níveis de emprego e renda dos municípios.

Feito as correlações de *Pearson* entre as variáveis independentes com a dependente, efetuou-se a análise da regressão linear múltipla, ano a ano (2009 à 2011). Esta regressão linear múltipla verifica se as variáveis ITR, FUNDEB e FPM, refletem o impacto dos repasses de recurso no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, como pode-se observar na tabela 7.

Tabela 7 - Resumo do modelo 2009

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,621 ^a	,385	,360	0,0679

Fonte: Dados da pesquisa.

O que se apresenta na Tabela 7, é o resumo do modelo e se este modelo é realmente eficaz em prever o índice FIRJAN. No caso da Tabela 7, este modelo é explicado em 62,1%, $r = 0,621$, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por 62,1% da variação do índice FIRJAN.

A Tabela 8 demonstra a análise de variância, onde é testado se o modelo tem um poder explicativo melhor do que a média para explicar a variável independente.

Tabela 8 – Teste ANOVA^a 2009

	Modelo	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	,214	3	,071	15,446	,000 ^b
	Resíduo	,341	74	,005		
	Total	,555	77			

a. Variável Dependente: FIRJAN 2009

b. Preditores: (Constante), 2009 FUNDEB, 2009 ITR, 2009 FPM

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 8 apresenta os resultados obtidos através da análise de variância, com teste F. Obteve-se modelo com significância estatística ao nível de 0,01. Com isso, pode-se afirmar que a um nível de significância de 1% existe uma forte evidência que as variáveis independentes, têm uma influência significativa com o resultado do indicador de desenvolvimento do município.

Para finalizar, demonstram-se os coeficientes de regressão múltipla, como é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Coeficientes da Pesquisa

	Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
	(Constante)	-1,009	,282		-3,572	,001
1	2009 ITR	,075	,019	,449	4,076	,000
	2009 FPM	,366	,072	1,046	5,113	,000
	2009 FUNDEB	-,193	,042	-,983	-4,558	,000

a. Variável Dependente: FIRJAN 2009

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com a Tabela 9, todas as variáveis foram significativas ao nível de 1% (p -value < 0,01). Portanto, entende-se que o ITR, FPM e FUNDEB, provocam impacto positivo no índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. Dessa forma, de acordo com a Tabela 7 chega-se a seguinte equação de regressão.

$$\text{FIRJAN}_{2009} = 0,075 \text{ ITR}_{2009} + 0,366 \text{ FPM}_{2009} - 0,193 \text{ FUNDEB}_{2009} - 1,009$$

Tabela 10 - Resumo do modelo 2010

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,561 ^a	,315	,287	,07026

a. Preditores: (Constante), 2010 FUNDEB, 2010 ITR, 2010 FPM

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 10, o modelo é explicado em 56,1 %, $r = 0,561$, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por 56,1 % da variação do índice FIRJAN.

A Tabela 11 demonstra a análise de variância, onde é testado se o modelo tem um poder explicativo melhor do que a média para explicar a variável independente.

Tabela 11 – ANOVA^a 2010

Modelo		Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	,168	3	,056	11,353	,000 ^b
	Resíduo	,365	74	,005		
	Total	,533	77			

a. Variável Dependente: FIRJAN 2010

b. Preditores: (Constante), 2010 FUNDEB, 2010 ITR, 2010 FPM

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 11 apresenta os resultados obtidos através da análise de variância, com teste F. Obteve-se modelo com significância estatística ao nível de 0,01. Com isso, pode-se afirmar que a um nível de significância de 1% existe também, uma forte evidência que as variáveis independentes, têm uma influencia significativa com o resultado do indicador de desenvolvimento do município.

Para finalizar, demonstram-se os coeficientes de regressão múltipla, como é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 12 – Coeficientes^a 2010

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	
	B	Erro Padrão	Beta			
1	(Constante)	-,425	,209		-2,032	,046
	2010 ITR	,091	,020	,604	4,648	,000
	2010 FPM	,163	,046	,603	3,575	,001
	2010 FUNDEB	-,086	,038	-,447	-2,292	,025

a. Variável Dependente: FIRJAN 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 12, as variáveis ITR e FPM foram significativas ao nível de 1% ($p\text{-value} < 0,01$), já as demais, foram significativas ao nível de 0,5% ($p\text{-value} < 0,05$). Portanto, entende-se que o ITR, FPM e FUNDEB, provocam impacto positivo no índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, porém o ITR e FPM apresentam significância maior que as

demais variáveis. Dessa maneira, conforme a Tabela 8 chega-se a seguinte equação de regressão.

$$\text{FIRJAN}_{2010} = 0,91 \text{ ITR}_{2010} + 0,163\text{FPM}_{2010} - 0,86 \text{ FUNDEB}_{2010} - 0,425$$

Tabela 13 - Resumo do modelo 2011

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,538 ^a	,290	,261	,073429

a. Preditores: (Constante), 2011 FUNDEB, 2011 ITR, 2011 FPM

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 13 demonstra que o modelo é explicado em 53,8%, $r = 0,538$, o que significa que as variáveis independentes são responsáveis por 53,8% da variação do índice FIRJAN.

Fica evidenciado na Tabela 14, a análise de variância, onde é testado se o modelo tem um poder explicativo melhor do que a média para explicar a variável independente.

Tabela 14 – ANOVA^a 2011

Modelo	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1					
Regressão	,163	3	,054	10,063	,000 ^b
Resíduo	,399	74	,005		
Total	,562	77			

a. Variável Dependente: FIRJAN 2011

b. Preditores: (Constante), 2011 FUNDEB, 2011 ITR, 2011 FPM

A tabela 14 apresenta os resultados obtidos através da análise de variância, com teste F. Obteve-se modelo com significância estatística ao nível de 0,01. Com isso, pode-se afirmar que a um nível de significância de 1% existe também, uma forte evidência que as variáveis independentes, têm uma influencia significativa com o resultado do indicador de desenvolvimento do município.

Por fim, demonstram-se os coeficientes de regressão múltipla, como é apresentado na Tabela 15:

Tabela 15 – Coeficientes^a 2011

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	-,465	,257		-1,810	,074
	2011 ITR	,059	,019	,346	3,094	,003
	2011 FPM	,161	,052	,459	3,063	,003
	2011 FUNDEB	-,052	,025	-,299	-2,085	,041

a. Variável Dependente: FIRJAN 2011

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo a Tabela 15, a primeira e última variável não foram significativas estatisticamente, pois atinge valor a cima de 0,5% ($p\text{-value} > 0,05$), já as demais variáveis foram significativas ao nível de 0,5% ($p\text{-value} < 0,05$). Portanto, entende-se que o ITR e FPM, provocam impacto positivo no índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, porém as demais variáveis, não. Dessa forma, de acordo com a Tabela 9 chega-se a seguinte equação de regressão.

$$\text{FIRJAN}_{2011} = 0,59 \text{ ITR}_{2011} + 0,161 \text{ FPM}_{2011} - 0,052 \text{ FUNDEB}_{2011} - 0,465$$

Os resultados obtidos levaram a aceitação da hipótese H1, que previa haver uma relação entre o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul e a captação de recursos. Porém, outros fatores podem contribuir para o desenvolvimento, além dos recursos, a redução dos gastos com a manutenção da “máquina” pública, uma boa gestão desses recursos e até mesmo investimentos privados no município, podem contribuir para o desenvolvimento e melhorias na educação, geração de emprego e renda e saúde, itens estes que fazem parte da composição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar o impacto no desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, causados por meio do repasse de recursos federais, tendo por base o Índice FIRJAN (IFDM), através dos repasses de: ITR, FUNDEB e FPM. Como parâmetro de análise, utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Posteriormente a coleta dos dados referentes ao período de 2009 à 2011, utilizou-se estatística descritiva, com o propósito de caracterizar os dados da pesquisa; realizou-se correlação de *Pearson* buscando encontrar relação entre as variáveis, seguido da regressão linear múltipla para comprovar.

Os resultados obtidos levaram a aceitação da hipótese H1, que previa haver uma relação entre o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul e a captação de recursos, a partir do Índice FIRJAN (IFDM). Porém, outros fatores podem contribuir para o desenvolvimento, além dos recursos, a redução dos gastos com a manutenção da “máquina” pública, uma boa gestão desses recursos e até mesmo investimentos privados no município, podem contribuir para o desenvolvimento e melhorias na educação, geração de emprego e renda e saúde, itens estes que fazem parte da composição do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Portando, é possível afirmar que os repasses federais impactam no desenvolvimento dos municípios, porém, pelo fato de que outros fatores podem influenciar também, devem ser somado a este a qualidade da gestão a fim de ampliar o desenvolvimento municipal.

Por fim, o presente estudo teve suas limitações, pois como já dito o IFDM é um indicador que é apurado pela FIRJAN, que avalia as informações em saúde, educação e geração de emprego e renda, dados esses que são obtidos sempre após a divulgação pelos órgãos competentes. Contudo, o fato de não se ter um controle da metodologia do cálculo do indicador por parte do pesquisador, isso pode limitar o poder de análise dos resultados.

Desta maneira espera ter contribuído com a discussão do tema e que o presente estudo sirva de motivação a novas pesquisas, de forma a ampliar a análise pormenorizada dos fatores que levam ao desenvolvimento dos municípios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.J.; NEROSKY, L.C. Diagnóstico do processo orçamentário federal e propostas de medidas de reforma: modelos orçamentários em outros países. Projeto Eurobrasil 2000, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEZERRA, Ricardo Alfredo Ribeiro. Promovendo a qualidade do gasto público. Incentivos para promoção da qualidade do gasto público: fortalecendo o vínculo entre recursos e resultados. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentada ao Prêmio SOF de Monografias da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Gestão, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/estudos_e_pesquisas/Texto_Principal_com_Su_mario_versao_Final_230310.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. Transferência de recurso por estado/município. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaUFs.asp?Exercicio=2012>> . Acesso em: 27 maio.2014.

_____. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. Glossário. 2012. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=t> . Acesso em: 28 maio.2014.

_____. Gestão de Recursos Federais: Manual para os agentes municipais. Controladoria geral da união. Secretaria federal de controle interno. Brasília. 2005. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualGestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

_____. Manual de desenvolvimento dos municípios. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/manual-de-desenvolvimento-dos-municipios-2a-edicao/>>. Acesso em: 14 maio. 2014.

ESAF. Gestão Democrática dos Recursos Públicos. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/amorte/arquivos/File/caderno4.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

FÉLIX, Rosana Dalla Costa. JÚNIOR, Moisés Francisco Farah. Empreendedorismo e Desenvolvimento nos Municípios Paranaenses –Uma Análise dos Indicadores Recentes. 2013. Disponível em: <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Rosana_Dalla_Felix.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2014.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>> . Acesso em: 04 maio. 2014.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de Gestão: Utilização de Indicadores de Gestão no Setor Público. Caderno de estudos, São Paulo, FIPECAFI, nº21. maio a ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n21/n21a02.pdf>> . Acesso em: 19 jun.2014.

HALL, Rosemar José et al. Análise do Impacto dos Repasses Estaduais e Federais no Desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2013. Santa Catarina. Anais... Santa Catarina: XVI SEMEAD, 2013. CD-ROM.

HILARIO, Augusta de Souza. Gestão por resultados na administração pública. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Especialização em planejamento governamental e orçamento público, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2009.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. São Paulo. 10ª Edição, ed. Atlas S.A – 2009.

MARTINS, Teonio Wellington. Transferências voluntárias no Brasil: critérios para distribuição de recursos para os municípios e estados brasileiros. Especialização em Orçamento Público. Tribunal de Contas da União (TCU). Senado Federal (SF). Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Controladoria-Geral da União (CGU). Brasília, Distrito Federal, 2010. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2190976.PDF>> . Acesso em: 25 jun. 2014.

MEIRELLES, Hely. Direito Administrativo Brasileiro, 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p.59.

_____. Hely. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

PARANÁ. PLANO DE APOIO DOS MUNICÍPIOS. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=157>> . Acesso em: 22 jun. 2014.

PIRES, Julio Manuel. Distribuição da receita tributária entre os níveis de governo: perspectiva histórica e debate atual. Rio de Janeiro, set/out. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8008/6760>> . Acesso em: 29 jun. 2014.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In. BEUREN, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Eduardo. Prefeitos de Mato Grosso do Sul irão a Brasília pedir aumento dos repasses federais. Jornal Campo News, Campo Grande, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/prefeitos-de-ms-irao-a-brasil-pedir-aumento-dos-repasses-federais>>. Acesso em: 08 maio. 2014.

APÊNDICE D

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TG-II – FACE/UFGD

Título do Trabalho: ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL, BASEADO NO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM).

Nome do Aluno: ANOBERSON DE PAULA LOPES

Orientador: ROSEMAR JOSÉ HALL

Avaliador(a): JUAREZ MARQUES ALVES

Itens a serem avaliados	Critérios de Avaliação
Conteúdo do Trabalho. Caráter analítico da monografia. Consistência das conclusões com o corpo do trabalho. Nível e qualidade do referencial teórico.	<input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Bom
Desenvolvimento lógico do tema (Introdução, desenvolvimento, conclusão). Metodologia adequada aos objetivos estabelecidos.	<input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Satisfatório <input type="checkbox"/> Bom
Posicionamento crítico em relação ao tema desenvolvido.	<input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Incompleto <input type="checkbox"/> Satisfatório

	() Bom
Clareza e correção na linguagem. Cumprimento das normas do Regulamento.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Apresentação e defesa oral: domínio do conteúdo, utilização de linguagem específica, argumentação, concisão e precisão nas respostas.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom

Legenda: Ausente: Não existe tal aspecto no trabalho apresentado.

Incompleto: O item analisado se apresenta com diversas falhas e faltas.

Satisfatório: O item analisado está satisfatório, porém necessita de melhorias.

Bom: O item analisado atendeu aos requisitos exigidos.

Avaliador:	JUAREZ MARQUES		
Conceito:	() Reprovado	() Aprovado com Ressalvas	() Aprovado
Observações:			() A () B

Legenda: Reprovado: O trabalho não apresenta requisitos mínimos de aprovação, pois, os aspectos analisados estão, em sua maioria, “Ausentes” ou “Incompletos”.

Aprovado com Ressalvas: O trabalho apresenta algumas falhas, aspectos incompletos e, com a devida correção, apresenta condições de aprovação.

Aprovado: (A) O trabalho, na maioria dos aspectos analisados, , avalia-se como “Bom”

(B) O trabalho necessita de correções de formatação, de ortografia, de sugestões e ajustes conforme apontamentos no texto, porém não compromete os resultados. Predominam os aspectos analisados como “Satisfatórios”.

Dourados, 24 de Novembro de 2014.

APÊNDICE E

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UFGD

Eu, ANOBERSON DE PAULA LOPES, MÚSICO, domiciliado à RUA MASSAITI IGUMA, 640, ALTOS DO INDAIÁ, CEP 79823-660, portador do RG nº 001404670 SSP/MS, CPF nº 004.297.031-80 aluno do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados, matriculado sob número RGA 200706670054, venho, por meio do presente, **AUTORIZAR** a inserção do meu Trabalho Final de Graduação, Aprovado em banca, intitulado ANÁLISE DO IMPACTO DOS REPASSES FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍOS DE MATO GROSSO DO SUL, BASEADO NO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM), nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais.

DECLARO, dessa forma, que **cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado**, o inteiro teor do meu Trabalho de Graduação acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, **para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s)**.

DECLARO, ainda, que sou **autor e único e exclusivo responsável** pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Graduação.

AUTORIZO, ainda, a Universidade a **remover** o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a **qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia** à minha pessoa.

Em Dourados, 19 de Dezembro de 2014.

Assinatura:

Nome Completo: ANOBERSON DE PAULA LOPES
